

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA E O COMBATE À HOMOFOBIA¹

Tiago Henrique Klengel Biasotto Mendes²

Grupo 5.1. Democratização, universalização e interiorização da formação e do conhecimento

RESUMO:

O presente trabalho se ocupará em analisar os avanços da Educação a Distância ocorridos a partir das transformações dos meios de comunicação, sobretudo com o desenvolvimento na área da internet, que possibilitaram a veiculação de informações revolucionando as noções de tempo e espaço. Neste sentido, tomaremos como objeto de análise o curso de formação continuada a distância intitulado Gênero e Diversidade na Escola (GDE), que através da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES) levaram o conhecimento sobre a temática a lugares em que não havia um campus universitário, possibilitando que professores de várias cidades brasileiras pudessem tomar contato com as questões de gênero, de sexualidade, raça/etnia e orientação sexual. É sobre este último aspecto que nos deteremos neste artigo, pois a Homofobia tem trazido inúmeros problemas para o interior das escolas, preocupando os educadores, pois não há preparo para trabalhar com as questões vinculadas à orientação sexual gerando silenciamento por parte da comunidade escolar e perpetuação da violência contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. O GDE tem como objetivo preparar os profissionais da educação para lidar com os casos de preconceito e discriminação, algo que não seria possível se não fosse pelo alcance da Educação a Distância, que levou o curso a lugares que não possuíam estrutura física para recebê-lo.

Palavras-chave: Educação a Distância; Formação Continuada de Professores; Homofobia; Instituição Escolar.

ABSTRACT:

A DISTANCE EDUCATION IN CONTINUING EDUCATION TEACHER: THE GENDER COURSE AND DIVERSITY IN SCHOOL AND COMBAT HOMOPHOBIA

This paper will deal with analyzing the progress of Distance Education of the changes occurring from the media, especially with the development on the internet, allowing the transmission of information revolutionized the notions of time and space. In this sense, we take as the object of analysis the course of continuing education distance titled Gender and Diversity in the School (GDE), which through the Open University of Brazil (UAB) in partnership with Higher Education Institutions (HEI) brought the knowledge of the theme to places where there was a university campus, allowing teachers from several Brazilian cities could make contact with the quest s gender, sexuality, race / ethnicity and sexual orientation. It is this latter aspect that we will consider in this article because Homophobia have brought many problems into the schools, educators worried, because there is no preparation for working with issues related to sexual orientation

¹ O presente artigo é o resultado, com as devidas adequações, do Trabalho de Conclusão do curso de Especialização em Educação a Distância realizado na Universidade de Franca.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Araraquara) – thkbmendes@uol.com.br

generating silencing by the school community and perpetuation violence against gays, lesbians, bisexuals, transvestites and transsexuals. The GDE aims to prepare education professionals to deal with cases of prejudice and discrimination, something that would not be possible were it not for the scope of Distance Education, which led the way to places that had no physical structure to receive it.

Keywords: Distance Education; Continuing Education of Teachers; Homophobia; School Institution.

1. Introdução

A sociedade atual tem se transformado em uma velocidade bastante rápida e, muitas vezes, sem que percebamos imediatamente o que mudou. Esta situação se torna ainda mais recorrente quando pensamos no desenvolvimento da tecnologia e, mais precisamente, na tecnologia vinculada aos meios de comunicação.

Informações são veiculadas instantaneamente pela televisão, rádio, jornais e, sobretudo, através da internet. O conhecimento, antes restrito ao espaço escolar e as bibliotecas hoje se encontra na palma da mão nos aparelhos celulares ou tablet's com acesso a rede mundial de computadores. Essa é a característica principal da sociedade da informação.

Se por um lado a escola perdeu sua posição de centro irradiadora do conhecimento e o professor de detentor do saber, temos do outro o acesso ao conhecimento de um número muito grande de pessoas que antes estavam a margem de tudo isso. A Educação a Distância surge dessa nova estrutura, onde os saberes são compartilhados através de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) em que pessoas de várias partes do país e do mundo podem se interligar e compartilhar experiências e conhecimentos.

O curso gênero e Diversidade na Escola (GDE) é uma realidade graças a EAD, possibilitando a formação continuada de inúmeros professores distantes fisicamente, mas que sem encontram para discutir possibilidades de se combater os preconceitos que são evidenciados e perpetuados dentro das instituições escolares como, por exemplo, a Homofobia.

Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é discutir a contribuição da EAD na formação continuada de professores e suas repercussões no cotidiano escolar tendo como referência a experiência do curso (GDE), sobretudo voltado ao combate à Homofobia.

Para tanto, o trabalho abordará as transformações ocorridas na sociedade brasileira, sobretudo com o advento da Sociedade da Informação e seus impactos na educação. Posteriormente buscaremos analisar o papel da escola na construção e na desconstrução dos preconceitos que se perpetuam em nossa sociedade, bem como o potencial da instituição escolar em subverter a ordem das coisas e construir uma sociedade menos violenta e desigual em relação àqueles que são considerados anormais, desviantes, inferiores e fora do padrão. Já no terceiro e último tópico, analisaremos a estrutura do curso GDE voltado a professores de escolas públicas com o objetivo de formar educadores para o combate às inúmeras formas de preconceito existentes na sociedade atual.

Sobre a metodologia do presente artigo, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa baseada em autores pós-estruturalistas a partir da revisão da literatura existente acerca do cenário da educação a distância no Brasil, da questão da homofobia e da estrutura do curso Gênero e Diversidade na Escola do Ministério da Educação, visando a construção de argumentos para subsidiar as discussões do presente trabalho.

2. As transformações sociais, tecnológicas e educacionais no país

A nossa sociedade, a partir da invenção dos aparelhos midiáticos, e aqui podemos nos remeter a criação do rádio, acompanha um processo extremamente rápido de transformação no que diz respeito ao fluxo de informações. Durante o século XX, principalmente a partir da sua segunda metade, a terceira revolução industrial impulsionou as tecnologias voltadas aos eletroeletrônicos e, com isso, muito rapidamente tivemos um salto da TV preta e branca para os (super) micro-computadores, sem falar nos eletroportáteis. (SILVA, 2000)

Diante de toda essa evolução, a educação passou por uma transformação essencial. A essência da educação estava vinculada a instituição escolar que transmitia o conhecimento historicamente acumulado à aqueles que o fossem buscar, através da figura do professor que era o detentor do saber, no muito os que buscavam conhecimento poderiam encontrá-lo em bibliotecas, mas era a escola a irradiadora de cultura e saber.

Porém, a partir de todas as transformações tecnológicas o papel da escola, e mesmo do professor, mudaram de perspectiva. O mundo, que se globalizou a partir do final da década de 1970 (e a esse fato devemos ao desenvolvimento dos meios de comunicação como rádio, TV, telefone e na década de 1990 a internet), aproximou as pessoas e tornou-se menos distante. Acontecimentos passaram a ser veiculados pelas mídias em tempo real e o fluxo de informações começou a aumentar extraordinariamente. Aqui soma-se a expansão do acesso à internet alcançada entre o final do século passado e o início deste. As pessoas, interligadas à rede mundial de computadores, passaram a, além de se atualizar em relação aos acontecimentos do mundo, partilhar informações em tempo real e a buscar, e mesmo hospedar, no cyber-espaço informações antes encontradas em acervos de biblioteca ou instituições de ensino. (LEVI, 1999)

Em pouquíssimo tempo a sociedade se deparou com um excesso de informações que sacudiram as estruturas sociais, políticas e culturais. Nada mais passa despercebido aos sentidos humanos que, a partir dos bombardeios da mídia, recebem todos os tipos de informação, além de poder busca-las através dos vários sites de pesquisa disponíveis na rede.

Diante de tantas transformações, sobretudo no que diz respeito a economia e a sociedade, e tendo em vista o desenvolvimento nos diversos setores do país, a partir da primeira década do século XXI, o Brasil percebeu a carência existente de profissionais formados em nível de graduação e pós-graduação (e aqui fazemos referência aos cursos de aperfeiçoamento profissional também).

Segundo Zuin (2006), a criação das estruturas para a implementação de cursos na modalidade a distância surge da necessidade de ampliar o número de estudantes universitários e da formação emergencial e em larga escala de profissionais em nível superior com o objetivo de capacitar

[...] o trabalhador a adquirir habilidades necessárias para acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas [...], concomitante a preocupação dos governos que representam países de um baixo índice de estudantes universitários formados, tal como no caso do Brasil. (ZUIN, 2006, 937)

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (lei 9394/96) já apontar e reconhecer essa modalidade de ensino para formação inicial e continuada nas várias áreas do conhecimento e o aparecimento de alguns cursos embrionários, sobretudo de formação continuada, como na área da educação em que o governo do estado de São Paulo oferecia cursos de capacitação docente através da internet em cursos a distância desde o final da última década do século XX e o caso do Mato Grosso do Sul que formou a primeira turma do curso Licenciatura Plena em Educação Básica em 1999, é somente em 2005 que o governo federal cria, em caráter experimental, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) com o intuito de ampliar e interiorizar a oferta de cursos superiores gratuitos e de qualidade permitindo que houvesse formação inicial e continuada em larga escala de profissionais a fim de suprir a demanda crescente por trabalhadores com nível superior, e não só, mas com formação específica nas principais áreas do mercado de trabalho em defasagem de recursos humanos.

O curso gênero e diversidade na escola (GDE), de que vamos nos ocupar nos próximos capítulos, surge vinculado ao programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) com o objetivo de capacitar professores da rede pública de ensino de diversas partes do país e em curto prazo a trabalhar com as questões de gênero, diversidade étnico-racial, sexualidade e orientação sexual, neste último com ênfase no combate a homofobia. (MISKOLCI, 2010)

3. Escola e Homofobia

É no espaço dinâmico da escola que pessoas com diferentes tipos de formação cultural, social, política e econômica se encontram e passam a conviver diariamente umas com as outras em uma relação de troca de vivências e informações. Neste sentido, a função social da escola é agregar esses diferentes grupos em um espaço onde cada um possa reconhecer o outro e, com isso, perceber que cada indivíduo possui uma constituição diferente enquanto ser social. A partir disso, a escola contribui para que as pessoas possam respeitar-se mutuamente viabilizando a convivência delas nos espaços que vão além dos muros da escola.

Dessa maneira, segundo Junqueira (2010), faz-se necessário desenvolver em nossos educandos a percepção crítica para que possam pensar as relações que se processam à sua volta, para que consigam, de alguma forma, contribuir para um mundo menos desumano e desigual. Há com isso uma necessidade urgente de abordarmos nas instituições escolares temas como racismo, xenofobia, homofobia, violência doméstica, fundamentalismo religioso, além de outros assuntos, para desconstruirmos os preconceitos existentes em nossa sociedade visando à formação completa dos futuros cidadãos e cidadãs de nosso país.

É de causar bastante estranhamento a atuação da escola no combate a essas diferenças, uma vez que, ao invés de desconstruí-las, ela reproduz determinados discursos socialmente aceitos através do currículo, dos livros didáticos, das relações entre professores e alunos, com vistas à manutenção das tradições construídas historicamente através das relações de poder, ajudando a criar entre os jovens as mais variadas formas de preconceito e contribuindo para perpetuá-los. (FOUCAULT, 1999)

Vale lembrar que os discursos sobre a sexualidade tomados como verdades pelas instituições e indivíduos determinaram certas relações hierárquicas na sociedade contemporânea. Relações essas que mantiveram as mulheres à margem da sociedade e submetidas ao homem sob a justificativa de uma suposta inferioridade biológica. O mesmo

pode ser estendido aos gays, lésbicas, transexuais e travestis uma vez que o discurso, ao longo do tempo, legitimou a heterossexualidade como padrão normativo a partir de uma suposta natureza do corpo, do desejo e da prática sexual. Tantos outros exemplos poderiam ser dados para defender a relação entre discurso e poder na determinação das relações sociais, isto é, certificando a normalidade e a anormalidade, uma vez que, “Os discursos produzem uma ‘verdade’ sobre os sujeitos e sobre seus corpos.” (LOURO, 2010, 47)

Segundo Foucault (1987), a construção das regras sociais produzidas a partir dos discursos acontece de maneira sutil, quase que imperceptível a aqueles que estão envolvidos, além de estarem sempre amparadas pelos saberes que as legitimam, como é o caso das determinações médicas e legais que ocorriam no século XIX que classificavam os desviantes e os direcionavam a ambientes de total exclusão e correção como sanatórios, presídios etc.

Assim como esses ambientes, a escola continua sendo um local de correção dos desvios, um ambiente disciplinador, como o exército, que se vigia e pune aqueles que fogem às regras. A sexualidade é um item central nas práticas disciplinares modernas e ela se faz presente dentro da escola, uma vez que, segundo Miskolci (2010b), não nos separamos da nossa sexualidade quando vamos à escola. Logo, tudo aquilo que destoe do padrão normativo baseado na heteronormatividade, imposto pelos discursos autorizados (aqui tidos como instrumentos de construção da verdade), dentro das instituições de ensino, deve ser punido para ser corrigido e normalizado.

Essa aprendizagem ocorrida no âmbito escolar, familiar e religioso, acaba sendo uma imposição das normas e regras sociais da sociedade de controle, uma via de mão única, uma vez que o indivíduo não tem a possibilidade de escolher aquilo que quer gostar, sentir, desejar, isto é, aquilo que ele quer ser. Louro (2008) nos permite perceber que a escola, de fato, acaba por cumprir esse constructo compulsório, uma vez que: “Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir.” (LOURO, 2008, 62)

O que não podemos perder de vista, segundo Miskolci (2010), é que a escola, por impor a heterossexualidade, mostra aos estudantes que o menino e a menina que se revelam diferentes são corpos estranhos dentro da sala de aula e por isso são “(...) ensinados [pela instituição escolar e pelos educadores] a silenciar sobre si mesmos como se fossem abjetos a ponto de deverem manter seus sentimentos escondidos de todos.” (MISKOLCI, 2010, 19)

Nas escolas, essa naturalização das regras, conceitos e todos os outros fenômenos subjetivos se tornam tão fortes que a perseguição aos desviantes e àqueles que não se enquadram nessas determinações sócio-político-culturais assume proporções violentas. As crianças vitimadas perdem sua auto-estima, tornam-se isoladas, começam a ter problemas psicológicos, por vezes abandonam a escola e, no pior dos casos, suicidam-se. (GARCIA, 2009)

Entre os garotos, a forma mais corriqueira de manifestação do preconceito/discriminação é a tentativa de atingir a masculinidade do colega inferiorizando-o. As primeiras palavras pronunciadas quando um menino quer atacar outro são: “viadinho”, “gay”, “bicha” etc. O pior não é isso. O problema neste caso é a omissão de muitas escolas e dos educadores em relação ao problema, contribuindo para reforçar e perpetuar, junto aos garotos e garotas, os preconceitos que poderão gerar violência física e mesmo o assassinato de pessoas que destoam daquilo que esses grupos acreditam, por conta da sua formação

subjetivada pelos padrões, contribuindo, no caso da sexualidade, para a construção da homofobia. Assim sendo, “O silêncio de educadores diante do incômodo causado por um estudante que age de forma distinta da maioria não é uma atitude neutra. É uma tentativa de eliminá-lo.” (MISKOLCI, 2010b, 18)

Não podemos admitir que a escola continue se considerando assexuada, pois as crianças e jovens, como já dito antes, não se despem das suas respectivas sexualidades ao irem à escola, pelo contrário, é lá que eles entram em contato com uma variedade de sexualidades traduzidas nas várias formas em que elas manifestam o gênero. Há a necessidade de trazer o assunto à tona e conduzir discussões produtivas, a fim de garantir o rompimento dos tabus e o combate aos preconceitos vinculados ao gênero e à sexualidade.

A escola não é neutra e não pode permitir que centenas de alunos e alunas que não representam o “gênero certo” sejam excluídos do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para os altos índices de fracasso escolar e evasão que estão vinculados à baixa auto-estima e ao estigma dessas pessoas tidas como “diferentes”.

Além disso, não podemos compactuar com a perpetuação de uma sociedade discriminatória, segregacionista e extremamente violenta para com aqueles que vivem a diferença. Dessa forma, cabe à escola tentar mudar essa realidade e voltar seus esforços para a formação de seres humanos capazes de inverter a realidade vivida nos dias de hoje.

Nesse sentido, há muito que ser feito, pois os profissionais da educação estão despreparados para lidar com a questão da diferença nas escolas. Esse despreparo está relacionado à má formação profissional nos cursos de licenciatura e à própria formação moral e ética desses/as profissionais. Os cursos de licenciatura pouco ou nada abordam sobre o pluralismo e a diversidade cultural, que se tornou uma exigência das políticas públicas da educação, principalmente após o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) voltados a essa temática. Nesta mesma condição estão as questões da sexualidade, também relacionadas à estrutura sócio/cultural desses professores e professoras que precisam aprender a lidar com os próprios tabus que são frutos da sua constituição individual enquanto um ser imerso nesta cultura e nesta sociedade preconceituosa em que vivemos, que encara o sexo, pelo viés religioso, como um conjunto de práticas pecaminosas. Por mais que haja a exigência legal em se trabalhar com os temas transversais voltados ao respeito à diferença e a uma convivência mais harmoniosa e pacífica, ou seja, não discriminatória e violenta, entre os diversos grupos, esses assuntos não são trabalhados pelos educadores graças ao despreparo e desconhecimento em relação a temática, além do medo de se “cutucar” certas feridas sociais, preferindo, muitas vezes, ocultar ou omitir problemas de natureza preconceituosas ou segregacionista. (JUNQUEIRA, 2010)

4. Curso de formação continuada a distância em gênero e diversidade na escola (GDE) e o combate à Homofobia

A partir do exposto e visando trazer assuntos como a sexualidade para o centro das discussões nas escolas e para a prática diária de milhares de professores, o Ministério da Educação, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres e com a Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial promoveram o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) que foi oferecido na modalidade a distância por universidades públicas que concorreram através de editais a possibilidade de oferecerem o curso.

Com esta ação, as Secretarias envolvidas [com o curso] atendem ao que estabelece a Constituição Federal no que diz respeito à defesa do Estado democrático e de direito, fundamentado na ideia de defesa da cidadania; da dignidade da pessoa humana; na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; ao repúdio ao terrorismo e ao racismo; na defesa da ideia de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; (BRASIL, 2009, 262)

A instituição escolar é caracterizada pela diversidade de pessoas que a integram, seja em relação aos alunos, aos professores ou aos funcionários. Assim sendo, é no espaço da escola que diversos grupos vão se encontrar e partilhar da diferença específica de cada um. Essa situação nem sempre se dá de maneira tranquila, pois as diferenças constantemente entram em conflito.

[...] a ampla gama de diversidade cultural, sexual, social, étnico-racial, entre outras, está presente na escola, que precisa encontrar maneiras de lidar com as diferenças sem que elas se transformem em motivos de preconceito ou discriminação. Em outras palavras, pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas frequentam a escola e devem ter sua sexualidade e suas identidades respeitadas. (BRASIL, 2009, 172)

É neste sentido que a escola é encarada como um lócus, em potencial, do desenvolvimento de práticas que visam o combate aos preconceitos, formas de discriminação e segregação social. Atitudes criadas e compartilhadas no sentido de aceitar, tolerar e respeitar o próximo em suas especificidades, atualmente, tem sido o grande desafio das escolas, sobretudo as públicas.

Os professores, como já mencionado encontram-se despreparados por inúmeros motivos para lidar com as situações problemas que surgem no dia-dia da sala de aula, resultando, muitas vezes, em caso de omissão e perpetuação dos preconceitos, pois, “Historicamente, tanto a formação acadêmica como a formação de educadores/as em exercício não têm respeitado a diversidade, tampouco contemplado o debate dos temas.” (BRASIL, 2009, 262)

O GDE vem ao encontro dessa necessidade de formar profissionais capacitados, que servirão de multiplicadores, para lidar com esses temas que são deixados de lado pela resistência de toda a comunidade escolar em abordá-los. Dentre os temas abordados pelo curso estão as questões de gênero, relações étnico-raciais, sexualidade e orientação sexual. (MISKOLCI, 2010a)

Em relação ao tema orientação sexual, sobretudo nos dias de hoje, há uma demanda criada pela sociedade em se abordar a temática nas escolas e dentro das salas de aula, principalmente tendo em vista o processo de visibilidade da população lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual com as Paradas do Orgulho LGBT que são realizadas anualmente em diversas cidades do país e que são amplamente divulgadas pela mídia.

Trata-se de uma questão que se choca, muitas vezes, com princípios religiosos, morais e tradicionais da sociedade judaico-cristã, heterossexual e machista e que muitos professores não se sentem a vontade em propor discussões sobre o assunto ou mesmo em se posicionar em relação a alguma situação preconceituosa envolvendo alunos.

Como tratado no item dois deste trabalho, a homofobia implica em inúmeros problemas para aquele que sofre com este tipo de preconceito vinculado a sua orientação

sexual, temos casos de agressões verbais, físicas e até assassinatos de pessoas simplesmente por viverem uma diversidade sexual que não é compreendida pela sociedade em que vivemos. Como pudemos perceber ao longo deste texto, na escola esse tipo de discriminação/preconceito se reflete no rendimento do aluno, nos casos de retenção e, em última instância de abandono dos estudos. “Perante tais evidências, a contenção da homofobia começou a fazer parte do esforço de combate à discriminação, do respeito às diferenças e da valorização das diversidades na escola.” (BRASIL, 2009, 140)

Percebe-se a urgência em se trabalhar tais assuntos dentro das unidades escolares de todo país, porém carecemos de profissionais que estão aptos e dispostos a trabalhar com o tema e tentar vencer ou mesmo minimizar esta forma de segregação social, afinal “A invisibilidade da temática por parte de educadoras e educadores e de todas as autoridades do sistema educacional, concorre consideravelmente para que essas violências se perpetuem.” (BRASIL, 2009, 141)

O GDE aparece como uma das ferramentas que o professor pode recorrer para vencer esse desafio. O curso é oferecido na modalidade a distância para justamente se adaptar as diferentes jornadas de trabalho vividas pelo professor e como uma forma de atingir um número expressivo de profissionais que terão como “missão” multiplicar os conhecimentos adquiridos com o curso entre os seus pares nas escolas onde atuam.

Pelo projeto de intervenção, o curso GDE visa gerar impactos de curto, médio e longo prazo na sociedade e na cultura nacional, com base no pressuposto de que os professores e as professoras são tanto mediadores do processo educacional das novas gerações, quanto potenciais agentes multiplicadores da mudança social que se pretende implantar por uma política pública de estímulo a inclusividade democrática. (DESLANDES, 2010, 4)

O oferecimento do curso fica a cargo das Instituições de Ensino Superior (IES) que são escolhidas através da seleção feita pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e oferecido dentro do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Neste sentido, segundo Filipak e Miranda (2010), o curso GDE conseguiu oferecer até o biênio 2009/2010 cerca de 30 mil vagas em todas as regiões do país o que só pôde acontecer graças a adoção do modelo de educação a distância, que levou o curso a lugares que não existia uma IES, mas um polo presencial vinculado a UAB criado em parceria com o poder municipal para o desenvolvimento deste e de outros cursos, possibilitando debater/combater a homofobia nos quatro cantos do país.

Como forma de auxiliar os cursistas na construção do conhecimento pertinente a temática da orientação sexual e, portanto, à homofobia (além dos outros temas que estão vinculados ao curso) foi disponibilizado material didático produzido por diversos pesquisadores, entre eles o Professor Dr. Richard Miskolci do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e autor do livro *Marcas da Diferença no Ensino Escolar* que foi produto da experiência com o curso GDE na UFSCar.

É interessante citar, sobretudo pela intenção em abordar o tema da EAD, que a estrutura pedagógica do curso GDE

[...] está baseado na autonomia do/a cursista, favorecendo o equilíbrio entre o auto-estudo, caracterizado pela aprendizagem individual, e a interação dos participantes, caracterizada pela aprendizagem cooperativa. Este tipo de estratégia adotada promove uma retenção do conhecimento em níveis mais

elevados do que aqueles alcançados por métodos tradicionais. (BRASIL, 2009, 263)

Além disso, um conjunto de tutores presenciais e a distância estiveram o tempo todo acompanhando os cursistas durante o desenvolvimento das atividades contribuindo para a efetivação dos objetivos do curso, além de mediar os conhecimentos que foram produzidos pelos estudantes, propondo discussões e reflexões acerca dos tópicos trabalhados, incentivando-os a buscarem cada vez mais o conhecimento junto as diferentes fontes do saber. Neste sentido, segundo pesquisa realizada entre os tutores,

As/os cursistas problematizavam as próprias práticas muitas vezes identificando posicionamentos preconceituosos que já tiveram e que avaliam que não mais terão depois das reflexões do curso [...]. Essas mudanças puderam ser percebidas ao longo do curso nos espaços virtuais e presenciais de interação. Na medida em que participavam dos debates, dos Fóruns, que postavam reflexões nos diários a partir das proposições feitas as/os tutoras/es podiam perceber positivamente as mudanças nos posicionamentos e uma maior compreensão dos conceitos pelas/os cursistas ao longo do curso. (BELLO & SANTOS, 2010, 3)

Podemos perceber, portanto, que o trabalho com o tema de maneira séria e competente através de formação continuada de qualidade e acessível a uma grande quantidade de profissionais em várias localidades possibilita o despertar para trabalhar questões vinculadas a desconstrução do preconceito uma vez que, “Ao colocarem em discussão as formas como o outro é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro”. (LOURO, 2008, 33)

5. Considerações Finais

Pudemos perceber as grandes transformações no campo da educação a partir da introdução das novas tecnologias nos ambientes escolares, mas, sobretudo, a partir do acesso à internet e da modalidade de educação a distância. As relações de tempo e espaço mudaram, o processo de ensino-aprendizagem e as relações entre professor-aluno também. Mas o grande avanço se deu em relação ao alcance da EAD, ela conseguiu levar cursos de formação inicial e continuada à inúmeros profissionais em diferentes lugares do Brasil, profissionais estes que não teriam acesso se os cursos fossem ofertados na modalidade presencial.

Constatou-se, portanto, que o curso Gênero e Diversidade na Escola foi uma dessas possibilidades de formação, o que contribuiu de maneira muito significativa para a promoção de discussões e reflexões acerca das múltiplas formas de preconceito associadas ao “diferente” dentro das instituições escolares.

Verificamos, a partir dessa demanda, que as situações de preconceito e discriminação, sobretudo em relação ao público LGBT, estão presentes nas escolas. Os professores e professoras precisam se preparar para trabalhar questões voltadas a sexualidade, gênero e orientação sexual com os alunos, portanto, precisamos lutar pelo investimento na formação inicial e continuada de professores e professoras para que de fato as políticas voltadas ao combate da homofobia e dos preconceitos de maneira geral alcancem êxito, pois de nada adianta a produção de materiais didáticos, como textos e

vídeos, se não há preparo para trabalhá-los dentro dos ambientes escolares. O profissional mal preparado e preso aos valores historicamente impostos através das relações de poder poderá fortalecer os laços preconceituosos entre os alunos, ao invés de trabalhar para romper com tais discriminações.

Desse modo, os envolvidos com a educação precisam se questionar sobre essa naturalização da sexualidade hegemônica, dos “gêneros certos”, da posição social de homens e mulheres, dos preconceitos contra os LGBT’s e muitas outras coisas que fazem parte da nossa identidade (ou da nossa diferença), que foram construídas de forma compulsória. Somente a mudança na forma de encarar a sexualidade – como construção cultural histórica – isto é, somente se permitindo enxergar o mundo com os olhos da dúvida e do questionamento constante é que esses educadores e educadoras conseguirão desenvolver uma educação integradora, mais humana, livre de preconceitos e preocupada, de fato, com a formação para a cidadania.

Assim sendo, é preciso que os profissionais da educação assumam uma postura mais libertária em relação à ordem instituída e mais crítica em relação à naturalização da diferença sexual e da heterossexualidade, seja por meio de cursos como o GDE ou mesmo pela formação sociocultural de cada um. O que deve ser estendido, ainda, ao legislativo brasileiro que permanece estruturado por posições conservadoras, principalmente com relação ao tema da sexualidade, dificultando a consolidação de uma política voltada à formação de cidadãos e cidadãs livres de preconceitos e desejosos de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para finalizar, carecemos ainda de um trabalho quanti/qualitativo que possa nos oferecer dados concretos sobre os alcances do GDE nas escolas, entre os alunos e alunas e seus reflexos na sociedade, pois sabemos que muitos professores e professoras tiveram acesso ao curso, mas se faz necessário sabermos se os princípios do curso vêm sendo trabalhados no dia-dia das salas de aula.

6. Referências

BELLO, M. C. & SANTOS, D. B. C. dos. Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professores/as e os desafios na construção de práticas curriculares de enfrentamento ao preconceito e a discriminação no âmbito escolar no Paraná. Santa Catarina: **Fazendo Gênero 9: Diáspora, Diversidades, Deslocamentos**, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278383158_ARQUIVO_MODELODEA_RTIGOFAZGENEROfinal.pdf (acesso em 18/06/2012)

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais: pluralismo cultural. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e Diversidade na Escola** – formação de professores em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília: MEC/ Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

DESLANDES, K. Gênero e Diversidade na Escola: Como verificar o impacto da formação de professores/as? Santa Catarina: **Fazendo Gênero 9**: Diáspora, Diversidades, Deslocamentos, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278288051_ARQUIVO_Textocompleto9FazendoGenero.pdf (acesso em 18/06/2012)

FILIPAK, A. & MIRANDA, T. L. Política Pública de Formação de Professoras/es em Gênero, Diversidade Sexual e Relações Etnorraciais: entre o poder da escola e a escola do poder. Londrina: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.AlexandraFilipak.pdf> (acesso em 18/06/2012)

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____ **Vigar e Punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA, M. R. V. Homofobia e heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no mundo. São Paulo: **IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, ABRAPEE**, 2009. Disponível em: http://www.abrapee.psc.br/documentos/cd_ix_conpe/IXCONPE_arquivos/13.pdf (acesso em 18/06/2012)

JUNQUEIRA, R. D. Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade em relatos de professoras da rede pública. Santa Catarina: **Fazendo o Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277922201_ARQUIVO_Curriculo_cotidianoescolareheteronormatividadeemrelatosdeprofessoras-RogérioDinizJunqueira.pdf (acesso em 18/06/2012)

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____ **Um Corpo Estranho**: ensaios sobre a sexualidade e a Teoria Queer. 1ª. ed.; 1ª. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____ “Currículo, Gênero e Sexualidade – O ‘normal’, o ‘diferente’ e o ‘excêntrico’”. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J. & GOELLNER, S. V. (orgs). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MISKOLCI, R. (Org.) **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos – SP: EdUFSCar, 2010a.



_____ Um corpo estranho na sala de aula. In: ABRAMOWICZ, A. & SILVÉRIO, V. R. (orgs.) **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. 3ª. ed. Campinas: Papyrus, 2010b.

SILVA, M. **Sala de Aula Interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

ZUIN, A. S. Educação a distância ou educação distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. **Educação e Sociedade**. Campinas, 2006, vol.27, n.96, pp. 935-954.